

A Política e seu Lugar no Estruturalismo: Celso Furtado e o Impacto da Grande Depressão no Brasil

Resumo

O artigo tem por objeto a discussão sobre a pertinência das críticas que assinalam haver o estruturalismo cepalino subestimado as variáveis de ordem política em suas análises. Na primeira parte, em nível mais abstrato, aborda a controvérsia procurando esclarecer a relação entre variáveis econômicas e políticas no método estruturalista, tendo por base Celso Furtado. A seguir, elege a clássica interpretação deste autor sobre o impacto da Grande Depressão da década de 1930 no Brasil como caso para analisar a utilização do método estruturalista em estudos históricos.

Palavras-chave: pensamento econômico latino-americano, estruturalismo, economia brasileira, Celso Furtado.

Classificação JEL: B25, B41, B59, N46

The Role of Politics in Structuralism: Celso Furtado and the Impact of the Great Depression in Brazil

Abstract

This paper discusses whether the CEPAL structuralism underestimated the political variables in its analyses. First, in a more abstract level, it approaches the controversy in an attempt to clarify the relation between economic and political variables in the structuralist method, based on Celso Furtado. Next, it chooses this author's classical interpretation of the impact of the Great Depression in Brazil as a case, in order to assess the structuralist method in historical analyses.

Keywords: Latin American economic thought, structuralism, Brazilian economy, Celso Furtado

JEL classification: B25, B41, B59, N46

1. A questão: o estruturalismo e as variáveis políticas*

Os economistas de tradição cepalina são geralmente considerados “economistas políticos”, e eles próprios assumem esta denominação. Apesar de sujeita a múltiplos significados, a expressão contribuiria para demarcar uma de suas diferenças mais caras com relação ao neoclassicismo, cujos modelos tradicionalmente se centravam nas variáveis estritamente econômicas e arrolavam as de natureza política e social no recurso metodológico “*coeteris paribus*”.¹ Mesmo sob um “olhar de fora”, tudo sugere que esta também tenha sido considerada uma de suas características marcantes: já na década de 1960, autores como Hirschman (1965) e Baer (1967) ponderaram que os economistas latino-americanos “make fewer pretensions about theory and practice, and this mean that a political program will dominate analysis” (Jameson 1986, p. 223). Pode hoje parecer estranho que uma das críticas mais enfáticas às teses cepalinas e de maior impacto nas Ciências Sociais e nas análises sobre o desenvolvimento latino-americano consista em apontar como lacuna ou deficiência justamente o fato de suas análises negligenciarem as variáveis de natureza política e social.

Essas afloraram principalmente na década de 1970, no contexto político de governos militares na América Latina, os quais se

* Agradeço os comentários e sugestões de Mauro Boianovsky e de Sérgio M. Monteiro, isentando-o das falhas remanescentes, e aos bolsistas de Iniciação Científica/ CNPq Diego Mambrin e Fernando Felber Bataglin.

¹ O uso do pretérito deve-se ao fato de terem surgido, em período posterior aos trabalhos aqui analisados, modelos de cunho neoclássico voltados a incorporar variáveis não-econômicas, como políticas e institucionais, na análise econômica. Apenas como menção, podem-se identificar três abordagens neste sentido: (a) a Nova Economia Institucional, em autores como D. North, R. Coase e O. Williamson; (b) trabalhos voltados incorporar variáveis políticas em modelos macroeconômicos, mostrando a relação entre partidos, credibilidade, calendário eleitoral e orientação ideológica dos governos em variáveis como inflação, emprego e crescimento, a exemplo de Alesina, Roubini e Cohen (1997) e Persson e Tabellini (1997a;1997b); e (c) trabalhos correlatos à teoria da escolha pública, como de Muller (2003), Drazen (2000) e Weingast e Wittman (2008).

contrapunham ao programa reformista defendido nas duas décadas anteriores pelos principais teóricos da CEPAL, e, por outro lado, no bojo de diversas críticas intelectuais a estes, como na controvérsia sobre dependência, da qual participaram autores como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Francisco de Oliveira, que servirão como ponto de partida para recuperar a polêmica. Cabe assinalar que esta, apesar de sua importância – seja pelo teor, seja pelos autores envolvidos - fora praticamente esquecida pela literatura nas décadas de 1980 e 1990. Entretanto, recentemente Octavio Rodríguez trouxe-a a ordem do dia, posto que a explicita e traz à baila autores como Medina Echavarría (1961, 1964, 1965), cujos trabalhos, já no início da década de 1960, voltavam-se a incorporar variáveis sócio-políticas no *approach* cepalino, sob um enfoque “neoweberiano” (Rodríguez 2009, p.208). Cabe hoje, portanto, reconhecer que a mesma faz parte da história do pensamento econômico e social latino-americano – e, como tal, merece aprofundamento. Este artigo tem por objetivo contribuir para o resgate da controvérsia e para a avaliação de sua pertinência. Não se pretende, por ora, reconstituir todo o desfecho da polêmica ou arrolar todos os autores e trabalhos nela envolvidos, conquanto se reconheça a validade deste propósito. Todavia, seguir-se-á caminho diferente, embora complementar, ao de Rodríguez. Enquanto este procurou, com acuidade, resgatar trabalhos da CEPAL e evidenciar que esta, como instituição, sempre esteve aberta a estudos e pesquisas que incorporavam variáveis políticas e sociais, este artigo, em consonância ao objetivo definido, assume como central o seguinte problema de pesquisa: terão mesmo autores ligados à tradição do estruturalismo latino-americano, como Furtado, ignorado ou negligenciado variáveis sócio-políticas em suas análises? E, em decorrência: qual o teor da crítica e seus fundamentos empíricos?

Na busca de alternativa que delimitasse seu escopo e abrangência e, ao mesmo tempo, fosse capaz de descortinar caminhos que ensaiassem respostas plausíveis às questões formuladas, recorreu-se à opção metodológica de selecionar autores e trabalhos a serem enfocados. Do lado dos críticos, a escolha recaiu nos autores antes mencionados pelo menos por três motivos: (a) o impacto de seus trabalhos no âmbito das Ciências Sociais; (b) a clara e enfática explicitação dos argumentos da crítica nos mesmos; e (c) o caráter de centralidade assumido por esta em suas obras. Quanto aos estruturalistas, a pesquisa terá como principal objeto os capítulos 29 a 33 de *Formação Econômica do Brasil* (de ora em diante, FEB), de Celso Furtado ([1959] 1973).² Esta escolha deve-se à relevância, respectivamente, do autor, da obra e dos capítulos selecionados. Quanto ao autor, assume-se que Furtado se consagrou como um dos maiores, se não o maior nome, por sua obra, do estruturalismo cepalino, sem ignorar as contribuições pioneiras de Prebisch.³ Já FEB é, por muitos, considerada sua obra-prima e, certamente, seu livro de maior impacto, haja vista seu número de reedições e traduções, além de ser pioneira na utilização do *approach* estruturalista para interpretação da história econômica de um país latino-americano (Boianovsky 2007, p. 2). E, finalmente, os referidos capítulos constituem seu ponto alto, centrais no conjunto da obra. Esses se destacam não só pela criatividade no uso do instrumental keynesiano para demonstrar a pertinência da política governamental de manutenção da demanda agregada via sustentação da demanda de exportações (X) do setor cafeeiro (a qual não é exatamente os mesmos gastos governamentais (G) de Keynes), mas também por serem os

² Todas as demais referências de FEB foram extraídas desta edição. Como convenção, na primeira referência está entre colchetes o ano da primeira edição e, a seguir, o da edição consultada. Adotar-se-á este mesmo critério para outras obras adiante.

³ Conforme Bielschowski (2004, p. 133), Furtado, já era no Brasil o “economista mais representativo do grupo” no início da década de 1960; também se refere a FEB como “obra-prima do estruturalismo brasileiro” (p.162), além de ser “certamente a obra sobre economia mais lida no Brasil e no exterior” (p.133).

capítulos nos quais mostra como se criaram as condições, naquela conjuntura de crise, para possibilitar a transformação mais significativa da economia brasileira ao longo de séculos, a qual sintetizou como mudança de seu “centro dinâmico”: de um modelo agroexportador para outro, com epicentro na industrialização por substituição de importações e, por primeira vez em sua história, voltado para atender à demanda doméstica.

2. A crítica: um estruturalismo sem política

A importância das objeções em tela ao estruturalismo cepalino não é desprezível. Pelo menos em dois trabalhos de indiscutível relevância nas ciências sociais - *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Cardoso e Faletto ([1970] 1975) e *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, de Francisco de Oliveira ([1972] 1981) -, elas são enunciadas já nos primeiros parágrafos e constituem o ponto de partida que alicerça toda a construção intelectual posterior, além de explicitamente serem admitidas pelos autores como uma das motivações determinantes para seus trabalhos.

Destarte, já no prefácio de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Cardoso e Faletto (1975 p. 7) assinalam suas diferenças com relação aos economistas e planejadores com os quais trabalharam “num instituto internacional de ensino, pesquisa e assessoria à planificação” – ou seja, a CEPAL, em Santiago do Chile, entre 1966 e 1967. O livro, referência indispensável nos estudos sobre o desenvolvimento latino-americano, segundo seus autores resultara do diálogo com os colegas economistas e do propósito de “salientar a natureza política e social” do referido processo. Ao se proporem a elaborar um diagnóstico alternativo ao dos economistas cepalinos para a crise da industrialização através da substituição de importações – cujo epicentro

fundava-se em variáveis econômicas como subconsumismo, inelasticidade da oferta agrícola e na escassez de capital frente às altas relações capital/produto e capital/salário que os investimentos passavam a exigir na etapa mais avançada da industrialização -, Cardoso e Faletto (p. 14) formulam uma pergunta que é ao mesmo tempo uma hipótese: “Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social brasileira, o jogo das forças políticas e sociais que atuaram na década ‘desenvolvimentista’, os responsáveis tanto do resultado favorável como da perda de impulso posterior do processo brasileiro de desenvolvimento?”. O trabalho não nega a importância das variáveis econômicas, mas se propõe a substituir as interpretações da CEPAL por outra, com a inclusão de variáveis de natureza política. Os autores são enfáticos: asseveram que “falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões” atinentes ao desenvolvimento dos países latino-americanos, “e que responda às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais” (p. 15). Ao abordar sua metodologia, explicitam: “requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais (...) com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política” (p. 23).

Já Oliveira (1981 p. 11), conquanto mencione reconhecer o pensamento cepalino como “o único interlocutor válido”, emprega tom ainda mais radical ao denunciar a negligência das variáveis políticas e assinala que “por todos os lados, o pensamento sócio-econômico latino-americano dá mostras de insatisfação e de ruptura com o estilo cepalino de

análise”, o qual condescendera “largas à utilização do arsenal marginalista e keynesiano” (p. 10). Como alternativa propõe algo semelhante a Cardoso e Faletto: incorporar na análise, “como variáveis endógenas, o nível político ou as condições políticas do sistema”. E remete à importância deste procedimento justamente para o entendimento de períodos como a década de 1930: “as ‘passagens’ de um modelo a outro, de um ciclo a outro ciclo, não são inteligíveis economicamente ‘em si’, em qualquer sistema que revista características de dominação social”. E conclui: “O ‘economicismo’ das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia” (p. 9).

Nota-se que ambas as críticas apontam para a mesma direção e centram-se em uma questão notadamente de ordem metodológica. Formuladas com alto grau de abstração, não dizem respeito a um autor, a determinada teoria ou a algum trabalho cepalino em particular, e por isso seriam passíveis de aplicação a inúmeros casos concretos. Depreende-se que constituem problema inerente ao estruturalismo e a seu método, e não algo esporádico ou eventual deslize.

3. A relação entre variáveis: o recurso à tipologia de Weber

Nas obras dos principais economistas vinculados ao estruturalismo cepalino das décadas de 1950 e 1960, praticamente inexiste uma exposição sistemática sobre o que este consistiria em termos metodológicos, embora autores como Prebisch, Fajnzylber e Medina Echavarría, além do próprio Furtado, tenham escrito sobre o tema em excertos de suas obras. Nestas, é recorrente a crítica à utilização de teorias

gerais e abstratas com pretensões universalizantes, como a teoria clássica das vantagens comparativas no comércio internacional, e a defesa, em contraposição, da necessidade de estudos históricos e estatísticos como instrumentos indispensáveis para evitar generalizações apressadas e sem fundamentação empírica. Além de asserções como estas - de certo modo semelhantes à indignação já manifesta por Malthus ao método ricardiano e afinadas com o indutivismo clássico, próximo ao formulado no século XIX por autores como List, Roscher e Carey - pouco material resta para a pesquisa sobre o tema. Um destes é o Anexo Metodológico ao capítulo 6 de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* de Furtado ([1967] 1983), ao qual se podem acrescentar os parágrafos iniciais da mesma obra.

No referido Anexo, Furtado inicia esclarecendo que o estruturalismo latino-americano pouco tem a ver com seu homônimo francês, voltado a privilegiar as sincronias e estabelecer uma “sintaxe” das disparidades nas organizações sociais (1983 p. 72). Enquanto na França o estruturalismo configurou-se como uma corrente principalmente nos campos da Sociologia e da Antropologia, na América Latina foi um fenômeno nitidamente da Economia. Era tributário não a Lévi-Strauss, mas principalmente a Max Weber e a François Perroux. Antes de avançar sobre qual seria a contribuição deste último, cabe assinalar que a influência de Max Weber sobre intelectuais brasileiros, principalmente na área de Ciência Política, é mais antiga, com obras marcantes como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda (1936), *Bandeirantes e Pioneiros*, de Vianna Moog (1954) e *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, com publicação em data próxima à FEB (1958). Nessas obras a influência weberiana vai além da metodologia, pois seus autores lançam mão de categorias e contribuições teóricas de Weber em temas como burocracia, poder, dominação e legitimidade para construir interpretações sobre a

formação histórica e política do Brasil (para uma análise comparativa das contribuições desses autores, veja-se: Aguilar Filho 2009). Já a influência reconhecida por Furtado é mais quanto ao método, ao reconhecer a similitude entre a formulação sobre tipos ideais de Max Weber e a construção de modelos da forma como o economista trabalha: Furtado enfatiza tratarem-se ambos os casos “de representações (que o economista procura sejam formalizadas) de elementos simples ou complexos da realidade social, nas quais todos os aspectos dos elementos representados são definidos com exatidão, isto é, possuem uma significação lógica precisa” (p. 72). É interessante notar como Furtado neste momento demarca campos entre a Economia e as demais ciências sociais, assim como concebe um modo peculiar de trabalho do economista – tratado como sujeito *singular universal*. Esta menção a Weber, justamente ao abordar a relação entre variáveis, remete à necessidade de elucidação, mesmo sinteticamente, de como este autor concebera a relação entre variáveis econômicas e políticas na análise científica. Para tanto, o caminho metodológico mais aconselhado é recorrer ao artigo que o próprio Furtado faz menção em seu trabalho.

Trata-se de artigo clássico no qual Weber ([1904] 2003) se propôs a definir “fenômenos sócio-econômicos”, como membro do conselho editorial de uma nova revista, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, que se propunha a publicar estudos de “natureza econômico-social”. Para tanto, entendeu fazer-se necessário elucidar quais artigos esta expressão abrangia, a fim de esclarecer os futuros colaboradores e leitores da publicação (além dos próprios editores). Argumentou, então, que para um fenômeno ser considerado “sócio-econômico” dever-se-ia partir não de um atributo que lhe fosse inerente de forma “objetiva”, mas da forma como os fenômenos ou variáveis estão *relacionados*, segundo o interesse tomado

pelo pesquisador. Para tanto, elaborou uma tipologia com três formas ou tipos que a referida relação pode assumir (p. 20). A primeira (“Tipo I”) diz respeito a acontecimentos, normas, ou instituições – denominadas genericamente de variáveis – cujo “significado” reside principalmente em seu aspecto econômico. Cita como exemplo acontecimentos bancários ou da bolsa, cuja criação se deu *predominantemente* para fins econômicos, de forma *consciente*. São relações entre variáveis que se podem entender como estritamente econômicas. Poder-se-ia ilustrá-la, em referência ao crescimento da economia brasileira na década de 1930, através de um modelo no qual se proporia a variação do PIB, por exemplo, como função do volume do crédito e da taxa cambial, implementados pelo governo com este fim. Estas seriam as duas variáveis exógenas em um modelo com três variáveis de natureza estritamente econômica. Assim, seja X um vetor de n variáveis econômicas, tal que

$$\bar{X}_i = f(\bar{X}_j), \text{ para } i \neq j, \text{ sendo } i, j = (1, 2, \dots, n),$$

ou seja, tem-se variáveis econômicas em função exclusivamente de variáveis econômicas.

Weber (2003 p. 20) denomina o segundo tipo como “fenômenos economicamente importantes”. Estes, como os religiosos, não revelam interesse predominantemente por sua importância econômica nem decorrem imediatamente de uma causa desta natureza, mas “deles resultam determinados efeitos que nos interessam sob uma perspectiva econômica”. Ao formular tal tipo, Weber poderia ter em mente sua famosa tese da influência da ascese protestante no aparecimento do capitalismo, cuja publicação da primeira parte ocorreu no mesmo ano desse artigo (1904). Esta pode ser exemplificada como um caso “clássico” de variável não-

econômica com influência sobre variáveis econômicas, como a ética do trabalho, a busca de produtividade e a legitimação do lucro como recompensa. Já o crescimento econômico da década de 1930 poderia, por hipótese, em determinada formulação, depender, além de variáveis econômicas, como as já mencionadas, de duas variáveis exógenas estritamente políticas: a correlação de forças no poder resultante da revolução ocorrida naquele ano, responsável pela ascensão de novos segmentos ou classes ao Governo Federal, contrários a um ajuste dentro do modelo agroexportador, somado à necessidade de o grupo emergente legitimar-se via crescimento econômico, posto que ascendera ao poder através de um golpe de estado. Este “Tipo II” poderia ser formalizado como sendo X um vetor de n variáveis econômicas e Y um vetor de m variáveis não-econômicas, tal que

$$\vec{X}_i = f(\vec{X}_j, \vec{Y}_w), \text{ para } i \neq j, \text{ sendo } i, j = (1, 2, \dots, n) \text{ e } w = (1, 2, \dots, m),$$

ou seja, tem-se variáveis econômicas em função tanto de variáveis econômicas como de não-econômicas.

Já o terceiro tipo abrange os fenômenos “economicamente condicionados”, os quais compreendem reações entre variáveis não-econômicas como endógenas, mas influenciadas, de uma forma ou outra, por variáveis econômicas, como o gosto artístico de uma época (Weber lembra o meio social do público interessado pela referida manifestação de arte, v. g., o mercado consumidor). Na década de 1930, com o fito de manter o paralelismo com as exemplificações anteriores, ter-se-ia de inverter a relação funcional e propor que o movimento político conhecido como “Revolução de 1930”, liderado por segmentos com vínculos ao mercado interno, por exemplo, teve como variáveis determinantes, além

das de cunho estritamente político, a crise econômica de 1929, manifestada pela queda da capacidade de importar, vulnerabilidade exposta diante do peso das atividades cafeeiras na pauta de exportação. Este caso, o “Tipo III”, pode ser expresso como sendo Y um vetor de m variáveis não-econômicas e X um vetor de n variáveis econômicas, tal que

$$\vec{Y}_w = f(\vec{X}_i, \vec{Y}_z) \text{ para } i = (1, 2, \dots, n) \text{ e } w \neq z \text{ e } w, z = (1, 2, \dots, m),$$

ou seja, temos variáveis não-econômicas como endógenas e que são função tanto de variáveis econômicas como de não econômicas.

À luz da tipologia weberiana, pode-se argumentar que a questão levantada pelos críticos do estruturalismo cepalino faz mais sentido aos dois primeiros tipos, já que seus estudos propõem-se como de natureza econômica, posto que suas variáveis endógenas são predominantemente deste tipo. Colocada nestes termos, a dúvida em foco é se os referidos modelos e teorias incorporam variáveis de cunho político e social como exógenas, mesmo ao lado de variáveis econômicas (“Tipo II”), ou se os restringem a estas, exclusivamente (“Tipo I”). Este último parece aproximar-se da tipificação com que os críticos antes mencionados enxergam o estruturalismo cepalino. Veja-se, a seguir, como Furtado argumenta ao referir-se exatamente a este tema nas passagens de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* anteriormente mencionadas, antes de se abordar sua análise em FEB.

4. As variáveis sócio-políticas e o método estruturalista

À primeira vista, as considerações de Furtado (1983 p. 71) sobre método aproximam-se das convencionalmente aceitas pelo

mainstream econômico. O economista procura explicar fenômenos através de outros que conhece: para tanto, trata-os como variáveis quantificáveis. A partir daí cria modelos, simplificações da realidade, com o fito de determinar valores numéricos de um vetor de variáveis, consideradas endógenas, a partir de outro vetor, de variáveis exógenas. O conjunto de relações entre as variáveis “constitui a *matriz estrutural* do modelo”. Uma *estrutura* é caracterizada quando “os valores dos parâmetros são especificados” (grifos no original). Assim, conclui, a cada modelo corresponde um número infinito de estruturas. É nesse sentido que a construção de modelos aproxima-se dos tipos ideais weberianos: ambos não têm a pretensão de esgotar a explicação da realidade, assumem-se como limitados e como instrumentos, posto que abstrações criadas pelo pensamento com o propósito de entender o mundo; o cientista não tem a pretensão de esgotar o conhecimento nem de alcançar a “verdade”, mas sempre busca uma aproximação, com certo grau de probabilidade. A construção de modelos, assim como a de tipos ideais, sempre leva a possibilidade do pluralismo: de um lado, porque para explicar um mesmo fenômeno podem-se elaborar múltiplos modelos, o que torna normal a controvérsia entre cientistas; e, por outro lado, por de um mesmo modelo poder-se chegar a infinitas estruturas.⁴ Cada uma destas diz respeito a uma forma específica de relação entre variáveis e é, portanto, atinente a uma realidade concreta.

⁴ Neste caso, a inspiração weberiana é clara. Não é demais lembrar a surpresa que às vezes causa aos leitores o fato de Weber, depois de ter argumentado com o máximo rigor possível sobre a influência do protestantismo para as origens do capitalismo, dedica o último parágrafo não para concluir sobre o objeto de sua tese, mas sobre seu método, admitindo que a relação inversa não só seria válida, mas colaboraria para melhor elucidar o fenômeno: “But it would also further be necessary to investigate how Protestant Asceticism was in turn influenced in its development and its character by the totality of social conditions, especially economic. (...) But it is, of course, not my aim to substitute for a one-sided materialistic an equally one-sided spiritualistic causal interpretation of culture and oh history. Each is equally possible, but each, if it does not serve as the preparation, but as the conclusion of an investigation, accomplishes equally little in the interest of historical truth” (Weber [1904] 1992 p.183). Ao criticar a unilateralidade do materialismo, Weber refere-se a Marx, pois interpreta este autor como determinista econômico ao entender fenômenos como a religião e a cultura como superestrutura. A passagem deixa claro: a influência de variáveis em ambas as direções são igualmente válidas como objeto de investigação, múltiplos modelos são possíveis para explicar um mesmo fenômeno.

Estabelecidas essas considerações preliminares, começa a reflexão de Furtado sobre o que seria o estruturalismo latino-americano, sua proposta metodológica e diferenças com relação à forma convencional de os economistas fazerem ciência. Recorre, então, a sua outra fonte de inspiração – Perroux - lembrando que para este as relações econômicas devem ser sempre localizadas no tempo e no espaço, ou seja, possuem uma concreção, são históricas e sociais. Assim, faz-se necessário *acompanhar as modificações das matrizes estruturais* desses modelos; estas ocorrem no tempo, com caráter de irreversibilidade (aqui lembra uma nítida influência de Joan Robinson, talvez fruto de seus estudos em Cambridge).⁵ A estrutura matemática de um modelo, no sentido tradicional, lembra uma sintaxe. Já a “nova escola estruturalista” surgiu entre os economistas da América Latina na primeira metade da década de 1950 e considera indispensável que os fenômenos sejam datados, além de, em seu método, possuir propósito claramente determinado, ao definir “como objetivo principal pôr em evidência a importância dos parâmetros não-econômicos dos modelos macroeconômicos” (Furtado 1983, p. 72). Ora, nesta passagem fica claro que não só o estruturalismo cepalino assume como sua a pretensão de abarcar variáveis não-econômicas em seus modelos e teorias, mas faz desta

⁵ A questão da irreversibilidade dos fenômenos econômicos e sociais no tempo é uma das críticas mais enfáticas e recorrentes de Joan Robinson ao *mainstream*, a qual entendia como ponto essencial da “revolução keynesiana” e incompatível com a noção de equilíbrio neoclássico. Essa tese apareceu claramente formulada no *paper* “The production function and the theory of capital” (Robinson 1953-4), responsável por desencadear a polêmica sobre a teoria do capital, a qual fervilhava bem à época em que Furtado estava em Cambridge, bem como no livro *The accumulation of capital* (Robinson 1956), o qual Furtado ([1985] 1997 p. 328) entusiasticamente saúda como “possivelmente o maior esforço, desde Marx, para penetrar na lógica da acumulação nas economias capitalistas”. Mas Furtado, surpreendentemente, depois de outros elogios, recorre a argumento semelhante aos de Cardoso/Faletto e Oliveira contra ele para criticar Joan Robinson: “Recusava-se a discutir a inclusão em seus esquemas de variáveis que não fossem de natureza estritamente econômica, se bem estivesse de acordo em que a realidade social não podia ser reduzida ao econômico. Criticava Kaldor por ‘engolir’ demasiada matemática, ao mesmo tempo que insistia numa formalização verbal tão abstrata quanto podia ser qualquer linguagem simbólica” (Furtado 1997 p. 329). Esta passagem de Furtado é de 1985, mas não deixa de ser interessante que justamente aponte em Robinson a mesma lacuna que os críticos antes mencionados dirigiram a ele. Furtado já havia se manifestado de forma elogiosa à economista inglesa, embora mencionando algumas falhas quanto à linguagem utilizada, em resenha do livro *The accumulation of capital* (Furtado 1956 p. 221).

justamente a sua razão de ser, marca ou diferencial com relação a outras escolas econômicas, em questões de metodologia. Em outras palavras: o que caracterizaria a forma tradicional ou convencional de fazer ciência seria a utilização de modelos de “Tipo 1”, enquanto o aspecto central do estruturalismo, com a incorporação de variáveis políticas e sociais, o aproximaria ao “Tipo 2”. A incorporação destas variáveis pode se dar de duas formas: como variáveis exógenas na matriz estrutural do modelo ou através da explicação histórica, ao se buscar compreender por que os parâmetros foram aqueles e não outros.

O estruturalista, segundo esse entendimento, não se contentaria em estimar o modelo para fazer previsões. As estimativas e os números obtidos constituem importante instrumental para o planejamento, mas são datados: variam de sociedade para sociedade e temporalmente em uma mesma sociedade. Furtado argumenta que esta preocupação lembra, “em certo sentido”, o daqueles economistas, mesmo do *mainstream*, que desde o final do século XIX criticaram os modelos estáticos e se propuseram a “dinamizar” os modelos. Mas o que empresta peculiaridade aos latino-americanos é a incorporação de “fatores não-econômicos [os quais] integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, aqueles que deram ênfase especial ao estudo de tais parâmetros foram chamados de ‘estruturalistas’” (Furtado 1983, p. 73). Há, portanto, a preocupação de transformar *constantes em variáveis*, posto que as primeiras só o são para uma dada estrutura, e esta é mutável, possui história. Neste momento, Furtado chega a mencionar que o estruturalismo retoma a tradição de Marx, “na medida em que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas” (id). Esta menção simpática a Marx ao abordar a questão do método não é

desprezível, posto que em várias outras passagens da mesma obra manifesta-se crítico a teorias deste autor, destacadamente no capítulo 2 – “O modelo de Marx”.

Assim, o fato de ter por base o método hipotético-dedutivo, como assinala Octavio Rodríguez (2009 p. 46), apoiado em Medina Echavarría (1961, 1964, 1965), não impede que o estruturalismo latino-americano seja, “ao mesmo tempo, histórico-estrutural”. Assinala com pertinência esse autor o “não-reducionismo” do mesmo, o qual lhe lembra Schumpeter:

“(…) liga-se ao repúdio de uma percepção mecanicista do econômico, que limita os tipos, funções e comportamentos dos agentes considerados a aqueles que exercem uma suposta racionalidade maximizadora, a partir das orientações que os mercados conferem. Em contraste com essa percepção, a análise dos fenômenos econômicos – mesmo quando convenha considerá-los em separado – pouco a pouco há que se inserir no marco mais amplo de sua interação com fenômenos sociais e políticos. Este aspecto do ‘não-reducionismo’ converge com o que se refere ao papel do Estado, pois implica postular, além disso, a necessidade de indagar sobre as relações sócio-políticas que lhe servem de base de sustentação e, dessa forma, em relação às relações geopolíticas nela imbricadas” (Rodríguez 2009, p.47)

Esta “dupla face” do método – hipotético-dedutivo e histórico-estrutural - e a forma com que nele as variáveis econômicas e não-econômicas conjugam-se parecem bastante apropriadas frente às considerações iniciais de Furtado em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1983 p. 15). Em síntese, este assinala que o trabalho do economista projeta-se em dois planos: um, teórico ou abstrato, onde simplifadamente se estabelecem relações entre variáveis; e outro, histórico, o qual “abrange o estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata. Não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação do seu

funcionamento”. O conhecimento só é possível através da integração destes dois planos por duas razões. A primeira prende-se ao fato de não se poder ignorar o tempo e a irreversibilidade dos processos econômicos na história. A segunda diz respeito às próprias diferenças de estruturas entre as economias, decorrentes de seus distintos graus de desenvolvimento. Estas, como já se mencionou, corporificam-se nos parâmetros, os quais, por sua vez, resultam da interrelação entre variáveis econômicas, políticas e sociais.

Não se pode afirmar, portanto, que ao tratar teoricamente sobre método Furtado tenha ignorado a importância das variáveis políticas e sociais. Ao contrário, não só propunha integrá-las à análise econômica como considerava tal procedimento como estreitamente ligado ao núcleo do que seria a principal contribuição do estruturalismo latino-americano no campo metodológico; a rigor, é o que definia o método e lhe emprestava o nome. Isto posto, cabe indagar se há coerência desta proposta com seu trabalho realizado nos capítulos de FEB selecionados como objeto de investigação.

5. A Grande Depressão e a economia brasileira

A análise de Furtado nos capítulos 29 a 33 de FEB, sobre o impacto na economia brasileira da crise internacional iniciada em 1929, sem dúvida privilegia, como corte analítico, variáveis econômicas. Não cabe aqui repisar análise extremamente conhecida, mas podem-se ressaltar alguns aspectos relevantes para o objetivo delimitado neste artigo.

Em primeiro lugar, Furtado entende a crise da economia cafeeira como estrutural: remontava a longo prazo, desde o começo do

século XX, a exigir intervenções governamentais cada vez mais freqüentes e profundas. Para explicar as razões da crise, aponta didaticamente que não existia uma única causa, mas uma conjugação de fatores “perfeitamente caracterizada de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura” (p. 182). Quanto à primeira, lembra as baixas elasticidade-preço e elasticidade-renda da demanda, principalmente após a generalização do consumo nos principais centros consumidores; quanto à segunda, menciona, dentre outros fatores: a defasagem de vários anos entre plantio e colheita, a elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras nos principais países produtores de café, o que contribuía para seu preço baixar no longo prazo, e as inversões em infraestrutura, como portos e meios de transporte, as quais atuavam no mesmo sentido sobre os preços. O governo aproveitava a situação “semimonopólica” do Brasil no mercado internacional para manipular preços, com certa margem, via depreciação cambial, postergando o ajuste; com isso, deixava de sinalizar aos produtores a inviabilidade de sua atividade no longo prazo; estes acabavam, em uma resposta economicamente racional, por aumentar ainda mais a oferta de café, comprometendo cada vez mais a atividade cafeeira. As intervenções governamentais eram financiadas por empréstimos externos, o que agravava o estoque da dívida externa e, via aumento da oferta de moeda, representava maior inflação interna, transferindo ao conjunto da sociedade pelo menos parte do custo do ajuste (p. 170). Esta “socialização dos prejuízos” constitui uma das marcas da análise de Furtado e é um dos recursos retóricos mais fortes com que expressa o caráter perverso do modelo agroexportador.

Quanto ao impacto da crise, Furtado, como bom economista, volta a enfatizar a confluência “de duas crises: uma do lado da procura e outra do lado da oferta” (p. 187). A superprodução de café soma-se à queda

violenta da demanda em termos de preços e de quantidades: agrava-se o déficit do balanço de pagamentos e há dificuldade de acesso a capitais e empréstimos externos para o financiamento do déficit em conta corrente. A saída é a expansão da oferta monetária, inclusive devido à contração da arrecadação de impostos decorrente da crise, a qual se somará novamente ao tradicional recurso da desvalorização cambial. Estas medidas acabam alterando preços relativos em favor da produção doméstica: e, ao encarecer as importações, fomentam um mercado interno à indústria nacional, criando condições propícias ao crescimento industrial com base na substituição de importações. A preocupação do governo com o desequilíbrio do balanço de pagamentos e com o déficit orçamentário advindo da queda da arrecadação era típica tarefa de sua responsabilidade de ser governo, antes de representar uma intencionalidade pró-industrialização. Assim, o que restava, diante das circunstâncias, a curto prazo, era a defesa do nível de renda do setor exportador, o que colaborou para a sustentação da demanda agregada, antecipando Keynes, e para o “deslocamento do centro dinâmico” em favor da indústria. Todavia, isto não decorreu de uma atitude deliberada, e sim de “política de fomento seguida *inconscientemente* no país e que era *subproduto* da defesa dos interesses cafeeiros” (p. 193, grifos meus). Ou ainda: fora “*subproduto*” da forma com que se implementaram as medidas em defesa do café, posto que se praticara “no Brasil, *inconscientemente*, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados” (p. 192, grifos meus).⁶

Mas essas considerações de Furtado, *prima facie* com forte

⁶ Podem-se atribuir em parte estas conclusões de Furtado ao fato de sua análise centrar-se nas políticas monetárias, cambiais e fiscais da conjuntura dos primeiros anos da crise. Com a incorporação de variáveis institucionais, como novas leis, códigos, reforma educacional e trabalhista, institutos, órgãos e empresas estatais criados, pode-se com mais facilidade detectar a existência de um projeto governamental pró-industrialização já na década de 1930. Ver neste sentido: Fonseca (2003).

peso nas variáveis econômicas, será que ignoram ou negligenciam variáveis políticas? Não é o que sugere a análise com maior acuidade de seus argumentos e da forma como os mesmos são encadeados em FEB.

6. A política e seu lugar

Se não há dúvida quanto à importância das variáveis econômicas na explicação de Furtado sobre o impacto da crise da década de 1930 no Brasil, também não é menos evidente que sua reconstrução do processo histórico contou com variáveis políticas como intervenientes e, muitas vezes, com peso significativo na argumentação. Esta constatação aflora já numa primeira leitura, com a recorrência a setores sociais ao longo de toda a análise: exportadores, classes assalariadas urbanas, cafeicultores, industriais e outros segmentos são fartamente citados. Não se pode considerar que sua unidade de análise parta do individualismo metodológico, mas de segmentos/classes sociais que se movem com interesses e se expressam no jogo político. O próprio título do capítulo 29 de FEB, “A descentralização republicana e a formação de novos grupos de pressão”, sintetiza a visão do autor acerca da relação entre a forma de administração da crise da economia cafeeira e os grupos emergentes com a proclamação da república; esta mudança política influi nas decisões econômicas. Para explicar a política econômica do período, Furtado recorre a variáveis políticas e institucionais, de onde extrai um conflito político que se expressa na divergência entre interesses regionais e também entre o governo imperial e sua base de sustentação, de um lado, e os novos segmentos defensores da causa republicana, de outro. A polêmica centralização tributária *versus* federalismo – fiscal e político-administrativo – é questão econômica cujo desfecho se deu por este último no bojo da luta política para derrubar a monarquia. Não cabe aqui discutir a pertinência da

explicação de Furtado, mas a forma como a constrói (ou seja, seu método, no sentido tradicional de *caminho* seguido pelo pesquisador em seu intento de compreender o objeto), com recurso a expressões só possíveis em análises que incorporam variáveis de natureza política, como, *verbi gratia*, somente para citar as extraídas da página 171 da edição em referência da FEB: “*incapacidade do governo imperial*”, “*divergência de interesses fundamentais*”, “*as classes dirigentes falavam a mesma linguagem*” e “*estavam unidas em questões fundamentais*”, “*a organização social do sul transformou-se (...) sob a influência do trabalho assalariado*”, “*no governo imperial (...) pesam homens ligados aos velhos interesses escravistas*”, “*a proclamação da república (...) toma forma de um movimento de reivindicação da autonomia regional*”, o qual, vitorioso, expresse-se nos governos estaduais, aos quais caberá “*um papel fundamental no campo da política econômico-financeira*”. Seria enfadonho mencionar aqui o uso recorrente a expressões de igual teor ao longo dos demais capítulos enfocados neste trabalho. A já mencionada “socialização dos prejuízos” pode muito bem ilustrar uma forma de raciocínio que sintetiza a interação entre variáveis econômicas e políticas, e *só possível* em análises que a incorporam: trata-se de uma decisão política de um segmento social que, ao se fazer representar no poder, defende seu nível de renda repassando aos outros segmentos seu custo. A política econômica não possui caráter de neutralidade e é aquela e não outra por uma decisão política.

Ademais, nota-se que não se trata de mera menção a segmentos ou classes sociais. Estes se incorporam na análise com interesses em conflito que se expressam politicamente no Estado e no poder – federal e nos estados; são ativos, representam forças demarcadas, possuem maior ou menor capacidade de persuasão ou de fazer valer seus interesses, agem e consagram decisões que se refletem na economia e na política. Veja-se, por

exemplo, a seguinte passagem:

“Os interesses diretamente ligados à depreciação da moeda externa – grupos exportadores - terão a partir dessa época que enfrentar a resistência organizada de outros grupos. Entre estes se destacam a classe média urbana – empregados do governo, civis e militares, e do comércio – os assalariados urbanos e rurais, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as empresas estrangeiras que exploram serviços públicos, das quais nem todas têm a garantia de juros. Os nascentes grupos industriais, mais interessados em aumentar a capacidade produtiva (portanto nos preços dos equipamentos importados), que em proteção adicional, também se sentem prejudicados com a depreciação cambial.

“Se a descentralização republicana deu maior flexibilidade político-administrativa ao governo no campo econômico, em benefício dos grandes interesses agrícola-exportadores, por outro lado a ascensão política de novos grupos sociais, de rendas não derivadas da propriedade – facilitada pelo regime republicano – veio reduzir substancialmente o controle que antes exerciam aqueles grupos agrícola-exportadores sobre o governo central. Tem início assim um período de tensões entre os dois níveis de governo – estadual e federal – que se prolongará pelos primeiros decênios do século atual” (Furtado 1977 p.172-3).

Ora, é indubitável que texto como esse evidencia uma retórica que incorpora não só as categorias e termos teóricos da Ciência Política e da Sociologia, mas também estabelece relações de causalidade ou funcionais que constituem o *hard core* da explicação e do desfecho dos acontecimentos. Vejam-se as relações entre depreciação cambial/resistência social, juros/interesses de segmentos sociais, proteção/reivindicação de industriais, flexibilidade para a política econômica/descentralização política, federalismo fiscal/interesses agrícola-exportadores, industrialização/regime republicano e novas atividades econômicas/perda de poder dos grupos exportadores. Não há uma relação linear ou determinística de variáveis políticas sobre econômicas, e por isso se prefere falar, com certa licenciosidade, em “relação” entre variáveis, posto que a leitura mais cautelosa aponta para a predominância da interação entre as mesmas, e nem sempre resta claro ao analista detectar o sentido da relação funcional, ou seja, se seria do “Tipo 2” ou do “Tipo 3” segundo a

construção weberiana. Todavia, não se pode perder de vista, em favor do primeiro, que a variável endógena por excelência da construção teórica e histórica é a recuperação econômica brasileira na década de 1930 e, como corolário, a mudança do “centro dinâmico” da economia em favor da substituição de importações.

Finalmente, deve-se assinalar que se de um lado Furtado desconsidera a intencionalidade do grupo dirigente com relação a um projeto deliberado de industrialização, isto não significa que, ao expor a política econômica implementada a partir de 1930, tenha ignorado que o movimento revolucionário daquele ano representou mudança política e nas relações de poder, com capacidade de influenciar a política econômica. Ou seja, seu ceticismo quanto à consciência da industrialização não o leva a ignorar as mudanças nas relações de poder, com impacto no *modus operandi* da política econômica. Chega a ensaiar uma hipótese sobre que segmentos/classes sociais levaram adiante o “movimento revolucionário”, algo não muito comum em trabalhos acadêmicos de “História Econômica”, e principalmente em sua época. Destarte, entende o referido movimento como “ponto culminante de uma série de levantes militares abortivos iniciados em 1922”, e se arrola a população urbana, a burocracia civil e militar e os industriais como seus principais agentes, em “reação contra o excessivo predomínio dos grupos cafeeiros” e de seus “aliados da finança internacional, comprometidos com a política de valorização” (p. 201). Furtado lembra que esta modificação no grupo dirigente não impediu que o governo, a partir de 1933, tomasse “uma série de medidas destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café”, e sugere que esta resultou da “reação armada de 1932”, mais uma vez mostrando a influência de variáveis políticas nas decisões econômicas.

Apenas como exercício empírico que vai além do objetivo proposto neste artigo, pesquisou-se, adicionalmente, se esse procedimento de procurar identificar os atores que estiveram à frente da “Revolução de 1930” e viriam a se constituir em classe dirigente a partir deste ano aparece em outras obras de Furtado nas quais aborda a mesma temática, além da FEB. Constatou-se que o procedimento metodológico repete-se em todas elas, embora a interpretação se altere. Se em FEB considera o movimento modernizador, em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* predomina o tom crítico ao governo, chegando a afirmar que a política de retenção de estoques de café visava apenas dar uma aparência de normalidade: “Predominava no país um conservadorismo voltado para a restauração de um passado glorioso” (1961 p. 235). E a seguir: “As classes dirigentes, afeitas a raciocinar em termos de economia de exportação de produtos primários, careciam de objetividade para diagnosticar os problemas decorrentes das transformações em curso” (p. 244). Já em *Dialética do Desenvolvimento* afirma que o movimento político de 1930 renovara as cúpulas dirigentes, “afastando os grupos mais diretamente ligados à economia de exportação” (1964 p. 111). Mas, logo adiante, surpreendentemente assevera que a partir de 1930 “as classes que dirigem o país são, no essencial, as mesmas do período anterior” (p. 113). Em *Formação Econômica da América Latina*, compara-o politicamente com movimento similar da Argentina no mesmo ano e assevera que no Brasil houve mais uma “sublevação popular (*sic*) que um levante militar”, suficiente para que “se deslocasse do Poder a oligarquia cafeeira, sob pressão de grupos periféricos do Nordeste e do extremo sul”. Daí o *autoritarismo esclarecido* de Vargas, em contraste com a democracia apenas formal da União Cívica Radical (1970 p. 143). Como se vê, Furtado altera sua interpretação quanto às forças sociais e políticas responsáveis

pelo movimento revolucionário.⁷ Não obstante, deseja-se aqui ressaltar não o teor ou pertinência de suas observações, mas o fato de que a interação entre variáveis econômicas e políticas não é algo específico ou restrito a FEB, mas postura metodológica presente em outras obras suas de semelhante temática.

7. Conclusão

À luz do material pesquisado na obra de Furtado, pode-se concluir que o mesmo não corrobora a crítica antes apontada por Cardoso e Faletto e por Oliveira. Não há como sustentar que variáveis de natureza político-sociais sejam ignoradas ou mesmo subestimadas por Furtado, seja ao tratar teoricamente sobre método, em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, seja numa possível aplicação do método à investigação histórica, como ocorre nos capítulos da FEB aqui analisados. Justamente nestes é abordado um processo histórico de mudança: a crítica de Oliveira antes mencionada, de que “as ‘passagens’ de um modelo a outro, de um ciclo a outro ciclo, não são inteligíveis economicamente ‘em si’”, certamente não se aplicam aos textos analisados. Ao contrário, pode-se assinalar a existência nestes de elementos que permitem sustentar as seguintes afirmações: (a) havia plena consciência de Furtado quanto à necessidade de incorporação de variáveis sociais e políticas na análise econômica; (b) esta incorporação, inclusive, é aspecto central em seu pensamento sobre método: chegou considerá-la como a marca do estruturalismo latino-americano, pois constituiria passo necessário para a

⁷ Os segmentos sociais que participaram da Aliança Liberal e, posteriormente, do movimento revolucionário de 1930, não são os mesmos. Para um balanço da literatura sobre o tema, ver: Fonseca (1989 p. 107-146).

“dinamização dos parâmetros”; e (c) há forte coerência entre as considerações de Furtado entre uma obra e outra.

Essas constatações parecem tão evidentes que forçam a pergunta sobre que possíveis elementos teriam embasado os autores antes mencionados, respeitados em suas áreas, em obras marcantes, terem como ponto de partida das mesmas crítica em direção contrária. A primeira hipótese poderia dizer respeito sobre o que entendem por incorporação de variáveis sociais e políticas. O referencial de suas considerações sobre método é Marx, e não Max Weber e Perroux, como em Furtado. Nestes, tais variáveis são relevantes, mas não se expressam como luta de classes no sentido marxista, que se move por contradições decorrentes do modo de produção capitalista. Em Furtado há conflito de interesses, segmentos/classes que se expressam na política, mas estes não são antagônicos, no sentido de resultarem de um movimento contraditório que leve a sua superação, o que talvez emergisse em uma análise assentada em categorias como modo de produção, infra e superestrutura, composição orgânica do capital, luta de classes e mais-valia, por exemplo – termos teóricos ausentes da abordagem estruturalista da FEB. Cardoso e Faletto (1975 p.21), de forma mais sutil, dão guarida a esta possibilidade ao assinalarem, em breve passagem, que não basta apenas “justapor” as variáveis econômicas e sociais (ou seja, incorporá-las); faz-se mister que se “ultrapasse a abordagem que se pode chamar de enfoque estrutural, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de ‘processo histórico’” (p. 21). Já Oliveira (1981 p.13) é bem mais explícito: após denominar de “estereótipos” as categorias usuais dos trabalhos da CEPAL, como “desenvolvimento autossustentado”, “internacionalização do centro de decisões”, “integração nacional”, “planejamento” e “interesse nacional”, associa-as a uma teoria do subdesenvolvimento “que desviou a atenção

teórica e a ação política do problema da luta de classes”. Em outra obra foi mais claro ainda:

“Mesmo as teorias que definem ou estruturam a sociedade em categorias opostas, proprietários e escravos, senhores vassalos e servos, ricos e pobres, dominantes e dominados, elites e massas, clérigos e laicos, incluindo-se naquelas a própria teoria weberiana, são, em uma certa medida, teleológicas; isto é, a estruturação da sociedade nessas categorias opostas é necessária para pensar o movimento das estruturas. O que acontece, diferentemente do que se passa no marxismo, é que as estruturas são não-dinâmicas, isto é, elas não têm nenhum movimento *interno*. O movimento é externo, uma espécie de história que se desenrola fora das estruturas, e que reproduz sempre os esquemas bipolares. (...) A opção pelo método marxista (...) decorre que, neste, o movimento é *interno às estruturas* e o caráter antagônico dos interesses é a base da possibilidade de *transformação e produção* das classes” (Oliveira 1987, p. 8; grifos no original).⁸

Como conclusão, pode-se afirmar que o exame dos trabalhos de Furtado analisados não deixa dúvida quanto à incorporação de variáveis sociais e políticas, tanto em suas considerações teóricas sobre método como em suas análises em FEB. Pode-se, todavia, depreender que a inserção não tenha sido da *forma* como os críticos referidos entendiam como desejável ou apropriada. No entanto, como estes não se referiram particularmente a Furtado, mas ao estruturalismo cepalino como escola, do ponto de vista lógico ainda restaria indagar se Furtado não poderia ser uma possível exceção dentro dela⁹. Embora dentre os economistas de tradição cepalina

⁸ Trabalhos mais recentes de Oliveira (2003), escritos a partir do final da década de 1990, são menos críticos a Furtado. Em artigo de 1987, reconhece que este incorpora as classes sociais em suas análises, embora argumente: “Sem nomeá-las de um modo *a la* Marx, e conhecendo todas as resistências do autor em assimilar sua obra ao campo marxista – procedimento que não estou adotando, mesmo porque teoria das classes não é exclusividade do marxismo (...)”. Como se pode observar, Marx está no cerne da polêmica quanto à forma de inserção das classes e das variáveis políticas, o que corrobora a hipótese aqui formulada. E ainda: “Furtado não deduz o Estado da nação ou da sociedade, nem o contrário. Trabalha a relação entre essas duas instâncias, na forma com que um economista as trabalha – a rigor, suas remissões ao Estado são sempre menos explícitas que entre os clássicos do autoritarismo, e em muitas de suas obras a política não passa de um epifenômeno da economia, salvo explicitamente em *A pré-revolução brasileira* (...)” (p. 79, grifos meus). Apesar do tom em geral mais ameno das críticas, no que se refere à questão em pauta, e particularmente ao “economicismo”, portanto, não houve alteração.

⁹ Uma hipótese também de difícil comprovação, haja vista a seguinte afirmação de Rodríguez (2001 p. 111): “Esa impronta especial marca claramente los trabajos en que Prebisch procura alcanzar una interpretación ‘más que económica’ del desarrollo latinoamericano, es decir, una interpretación del largo

ele possa ser considerado o intelectual mais profundo e abrangente – e, portanto, passível de ser tratado como um caso à parte - é pouco plausível que à época em que as críticas foram formuladas pudesse no Brasil haver referência ao estruturalismo cepalino sem ter em mente seus trabalhos.

Referências bibliográficas:

Aguilar Filho, H. A. (2009). *O institucionalismo de Douglass North e as interpretações weberianas do atraso brasileiro*. Porto Alegre, Tese de Doutorado, PPGE/UFRGS.

Alesina, A., Roubini N. e Cohen, G. (1997). *Political Cycles and the Macroeconomy*. MIT Press, Cambridge, MA and London.

Baer, W. (1967). The inflation controversy in Latin America: a survey. *Latin American research review*: 169-182.

Bielschowsky, R. (2004). *Pensamento econômico brasileiro; o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5.ed, Contraponto, Rio de Janeiro.

Boianovsky, M. (2007). A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s. In: *Annual Conference of the History of Economics Society*. [no prelo para publicação in: *History of Political Economy*, summer 2010].

Cardoso, F. H. & Faletto, E. ([1970] 1975). *Dependência e desenvolvimento na América latina; ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed., Zahar, Rio de Janeiro.

Drazen, A.(2000). *Political economy in macroeconomics*. Princeton University Press, Princeton.

Fonseca, P. C. D. (1989). *Vargas: o capitalismo em construção*. Brasiliense, São Paulo.

_____. (2003). Sobre a Intencionalidade da política Industrializante no Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, 23(1): 133-148.

Furtado, C. ([1959] 1973). *Formação econômica do Brasil*. 15.ed., Nacional, 1977, São Paulo.

_____. (1956). Resenha de *The Accumulation of capital*, de Joan Robinson. *Econômica Brasileira*, 2(4): 221-222.

_____. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. [s.l], [s.ed.].

_____. (1964). *Dialética do desenvolvimento*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.

_____. (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Abril Cultural, 1983, São Paulo.

_____. (1970). *Formação econômica da América Latina*. 2 ed. Lia, Rio de Janeiro.

_____. (1985) A fantasia organizada. In: Furtado, C. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Paz e Terra, 1997, São Paulo, p. 87-367.

Hirschman, A. (1965) *Journeys toward progress*, Anchor Books, Garden City, New York.

Jameson, K. P. (1986). Latin American Structuralism: a methodological perspective. *World Development*, Pergamon Press Ltd, 14(2): 223-232.

Medina E. José. (1961). Las relaciones entre las instituciones sociales y económicas: un modelo teórico para América Latina. *Boletín económico de América Latina*. 6(1).

_____. (1964). *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico*. Solar, Buenos Aires.

_____. (1965). Las condiciones sociales del desarrollo económico. In: *Aspectos sociales del desarrollo económico*. Andrés Bello, Santiago do Chile.

Mueller, D. (2003). *Public Choice III*. Cambridge University Press, Cambridge.

Oliveira, F. D. ([1972] 1981). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4.ed. Vozes, Petrópolis.

_____. (1987). *O elo perdido; classe e identidade de classe*. Brasiliense, São Paulo.

_____. (2003). *A navegação venturosa; ensaios sobre Celso Furtado*. Boitempo, São Paulo.

Persson, T. e Tabellini, G. (1997a). “Double-edged incentives: institutions and policy”. In: Grossman, G. e Rogoff, K (eds.). *Handbook of international economics*, (3): 1973-2003. Amsterdam, Elsevier Science B. V.

_____. (1997b) “Political Economics and Macroeconomic Policy”. In: Taylor, J. e Woodford, M. (eds.) *Handbook of Macroeconomics*, North Holland.

Robinson, J. (1956). *The accumulation of capital*. Macmillan & Co, London.

_____. (1953-54). The production function and the theory of capital, *Review of economics studies*, 21(55): 81-106.

Rodríguez, O. (2001) Fundamentos del estructuralismo latinoamericano. *Comercio exterior*, México, D. F., Bancomext, 51(2): 100-111.

_____. (2009) *O estruturalismo latino-americano*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Sturzenegger, F. e Tommasic M. (1998). *The Political Economy of Economic Reforms*. MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

Weber, M. (1904). A objetividade do conhecimento nas ciências e na política sociais. In: *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. Centauro, 2003, São Paulo.

_____. (1904) The protestant ethic and the spirit of capitalism. London/New York, Routledge, 1992.

Weingast, B. e Wittman, D. (2008) *The Oxford Handbook of Political Economy*. Oxford University Press.